

Dossiê Especial
Educação e Povos Indígenas:
Identities in Construction and Reconstruction

arquivos analíticos de
políticas educativas

Revista acadêmica, avaliada por pares,
independente, de acesso aberto, e multilíngue



aape | epaa

Arizona State University

Volume 28 Número 151

26 de outubro de 2020

ISSN 1068-2341

**Educação e Povos Indígenas: Alguns Dados do Censo
Escolar (Indígena) no Brasil**

Kaizô Iwakami Beltrão

Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio
Vargas
Brasil



Juliane Sachser Angnes

Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná
Brasil

Citação: Beltrão, K. I., & Angnes, J. S. (2020). Educação e povos indígenas: Alguns dados do censo escolar (indígena) no Brasil. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 28(151). <https://doi.org/10.14507/epaa.28.6239> Este artigo faz parte do dossiê especial, *Educação e Povos Indígenas - Identidades em Construção e Reconstrução*, editado por Juliane Sachser Angnes e Kaizo Iwakami Beltrão.

Resumo: Este segundo dossiê, assim como o primeiro organizado por nós – Kaizô e Juliane – em maio de 2020 apresenta resultados de estudos que vislumbram experiências dos povos indígenas na tarefa de satisfazer suas necessidades específicas na educação escolar indígena e da educação indígena, incorporando a partir disso, sua história, crenças, sistema de valores e cultura organizacional. A trajetória sócio-histórica para que os povos indígenas possam conquistar sua autonomia pedagógica envolve a apropriação dos processos educativos que se encontram vinculados tanto a educação escolar indígena, quanto a educação indígena (processos próprios de aprendizagem). Para os povos indígenas, este caminho poderia parecer simples, em um primeiro momento, em razão do novo paradigma da educação escolar indígena que privilegia a diversidade cultural. Entretanto, à medida que os indígenas avançam em direção à consecução dos seus

próprios projetos de conquista esbarram em várias questões de ordem burocráticas e difíceis. Neste sentido, as orientações aqui apresentadas não traduzem toda a complexidade dos cenários em que se encontram as populações indígenas do Brasil e da América Latina, tampouco as múltiplas facetas que podem assumir. Todavia, esperamos que os estudos aqui socializados possam auxiliar e ampliar as reflexões, além de servir como um convite para que cada vez mais as populações indígenas tenham visibilidade nos meios acadêmicos científicos.

Palavras-chave: reconhecimento; valorização; educação indígena; educação escolar indígena

Education and indigenous people: Data from the indigenous school census in Brazil

Abstract: This second dossier, as well as the first organized by us - Kaizô and Juliane – in May of 2020 presents results of studies that glimpse the experiences of indigenous peoples in the task of satisfying their specific needs in indigenous school education and indigenous education, incorporating from that, their history, beliefs, value system and organizational culture. The socio-historical trajectory for indigenous peoples to achieve their pedagogical autonomy involves the appropriation of educational processes that are linked to both indigenous school education and indigenous education (own learning processes). For indigenous peoples, this path might seem simple, at first, due to the new paradigm of indigenous school education that privileges cultural diversity. However as the indigenous people advance towards the achievement of their own conquest projects, they come across several bureaucratic and difficult issues. In this sense, the guidelines presented here do not reflect all the complexity of the scenarios in which the indigenous populations of Brazil and Latin America find themselves, nor the multiple facets that they can assume. However, we hope that the studies here can help and expand the reflections, in addition to serving as an invitation for more and more indigenous populations to have visibility in academic scientific circles.

Keywords: recognition; recovery; indigenous education; indigenous school education

Educación y pueblos indígenas: Algunos datos del censo de escuelas indígenas en Brasil

Resumen: Este segundo compilado, así como el primero organizado por nosotros - Kaizô y Juliane – en Mayo de 2020 presenta los resultados de estudios que vislumbran las experiencias de los pueblos indígenas en la tarea de satisfacer sus necesidades específicas en la educación escolar indígena y la educación indígena, incorporando a partir de esto, su historia, creencias, sistema de valores y cultura organizacional. La trayectoria sociohistorica para que los pueblos indígenas logren su autonomía pedagógica implica la apropiación de procesos educativos que están vinculados tanto a la educación escolar indígena como a la educación indígena (procesos de aprendizaje propios). Para los pueblos indígenas, este camino puede parecer simple, al principio, debido al nuevo paradigma de la educación escolar indígena que privilegia la diversidad cultural. Sin embargo, a medida que los pueblos indígenas avanzan hacia el logro de sus propios proyectos de conquista, se encuentran con varios problemas burocráticos y difíciles. En este sentido, las pautas presentadas aquí no reflejan toda la complejidad de los escenarios en los que se encuentran las poblaciones indígenas de Brasil y América Latina, ni las múltiples facetas que pueden asumir. Sin embargo, esperamos que los estudios socializados aquí puedan ayudar y ampliar las reflexiones, además de servir como una invitación para que más y más poblaciones indígenas tengan visibilidad en los círculos científicos académicos.

Palabras-clave: reconocimiento; valoración; educación indígena; educación escolar indígena

Introdução

Agradecemos o interesse da comunidade em participar do dossiê “Educação e Povos Indígenas - Identidades em Construção e Reconstrução”. O interesse na área foi grande, e a procura foi muito maior do que esperávamos originalmente, o que de alguma forma atrasou todo o processo de revisão e seleção, já que os pareceristas habilitados eram limitados.

Gostaríamos de nos desculpar com os autores que submeteram manuscritos pela demora na publicação do dossiê. Recebemos originalmente 45 propostas, das quais 28, numa primeira avaliação, foram consideradas elegíveis a serem analisadas por pareceristas. Os pareceristas foram favoráveis a publicação de 11 destas no primeiro dossiê publicado em maio de 2020, e, neste segundo dossiê mais 17 textos aprovados.

Por isso como foram muitos os manuscritos considerados para a publicação deste segundo dossiê, o corpo editorial decidiu dividi-lo. Assim mesmo, considerando que números da revista com muitos artigos não são bem assimilados pelos leitores, este segundo volume deverá ser publicado em duas partes: outubro e novembro de 2020. Partimos do pressuposto que o tema que propusemos no dossiê organizado por nós – Kaizô e Juliane – é mesmo relevante, tendo em vista, os vários textos que recebemos.

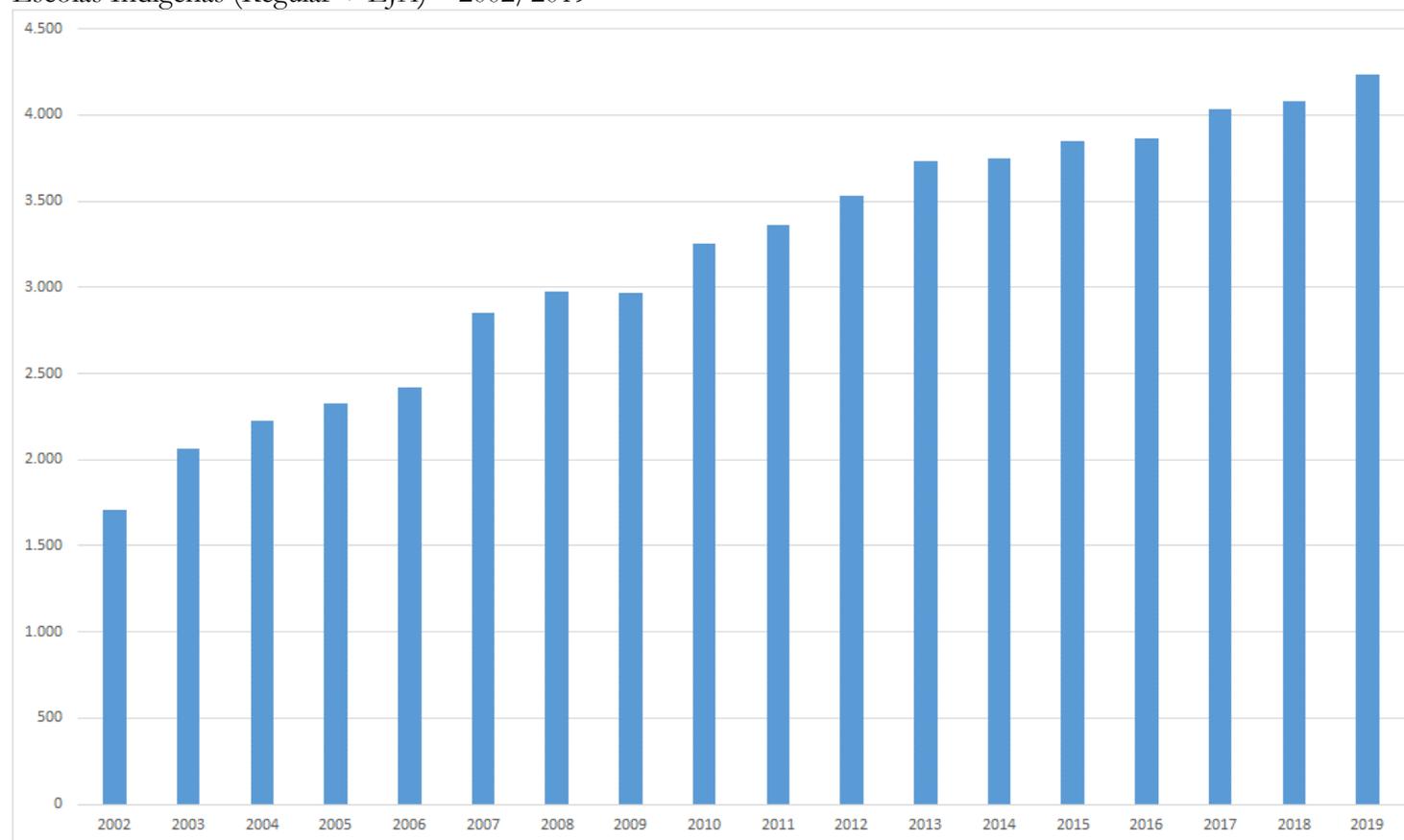
No último Censo Populacional realizado no Brasil (2010), 817.963 indivíduos se autodeclararam indígenas, sendo que um pouco mais da metade, 53,6%, eram moradores de Terras Indígenas. Neste mesmo Censo foram registradas 309 etnias, sendo que 70 delas contavam com menos de 100 indivíduos. Aliado a isso, cerca de 1/3 da população indígenas estava concentrada em 10 povos (Tikúna, Guarani Kaiowá, Kaingang, Terena, Makuxí, Tenetehara, Yanomámi, Xavante, Potiguara e Sateré-Mawés).

Por sua vez, a população indígena declarou 219 línguas faladas/usadas como principal meio de comunicação. Dentre os moradores de Terras Indígenas, 42,5% eram menores de 18 anos, portanto em idade escolar, constituindo um contingente de 232.863 indivíduos. O Censo Escolar registrou 184.847 alunos matriculados em escolas indígenas neste ano do censo, ou seja, uma cobertura de 79,4%. Com este dado, podemos inferir que uma parte estivesse estudando em escolas não indígenas, e por isso não foram contabilizados nesta estatística.

Todavia, de acordo com os dados do INEP (2020) e de Luciano (2007) a implantação de escolas indígenas no Brasil tem apresentado um crescimento contínuo (conforme Gráfico 1 - 2002 a 2019) apresentado a seguir.

Gráfico 1

Escolas Indígenas (Regular + EJA) – 2002/2019

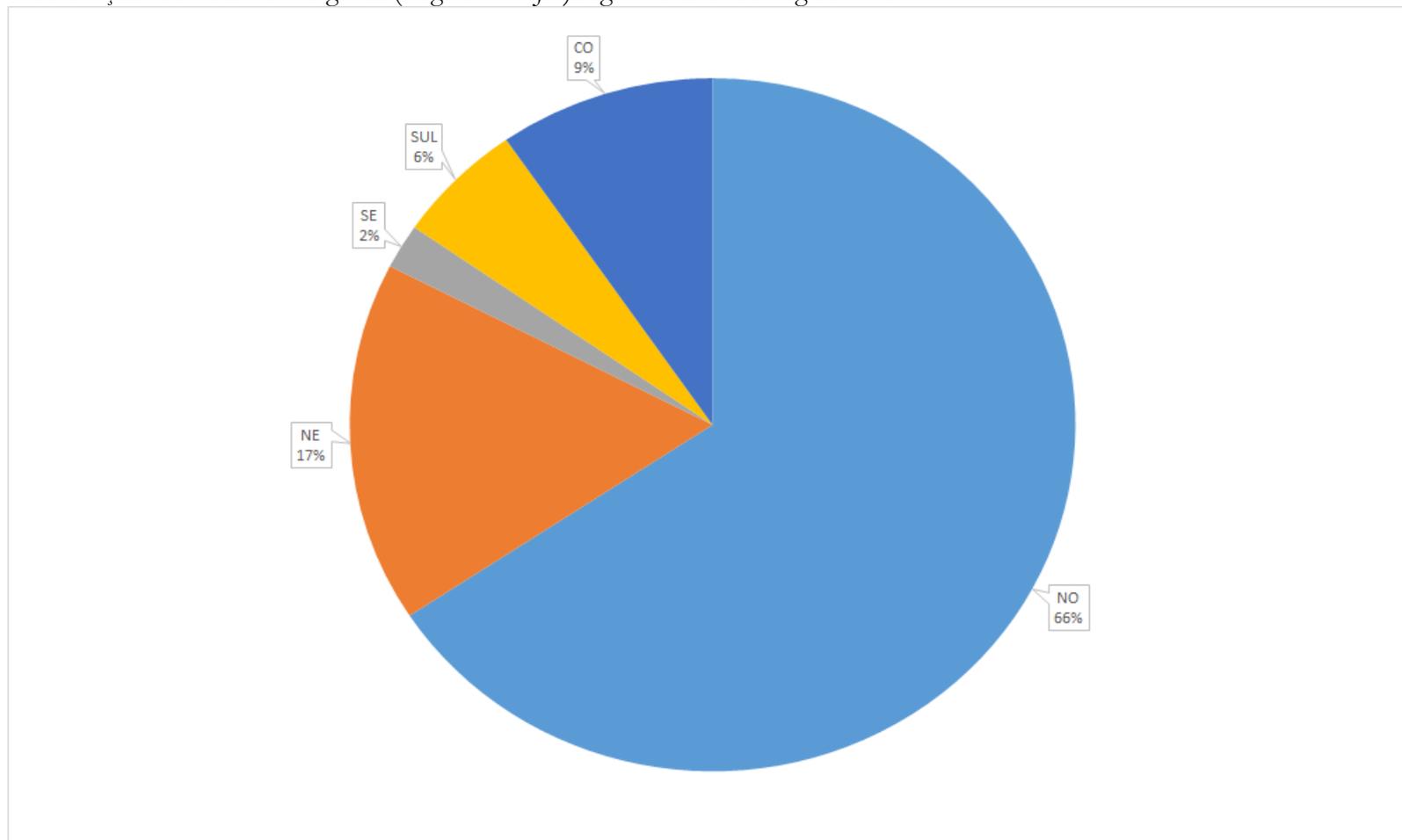


Fonte: INEP, microdados do Censo Escolar e Luciano, 2007.

Neste período, a taxa média de crescimento do número de escolas indígenas foi de 5,5% a.a, com uma leve aceleração nos últimos anos, aumentando a cobertura escolar especial. Como podemos perceber, aproximadamente 2/3 destas escolas estão localizadas na região Norte (Conforme gráfico 2) a seguir,

Gráfico 2

Distribuição das Escolas Indígenas (Regular + EJA) segundo Grande Região – 2019

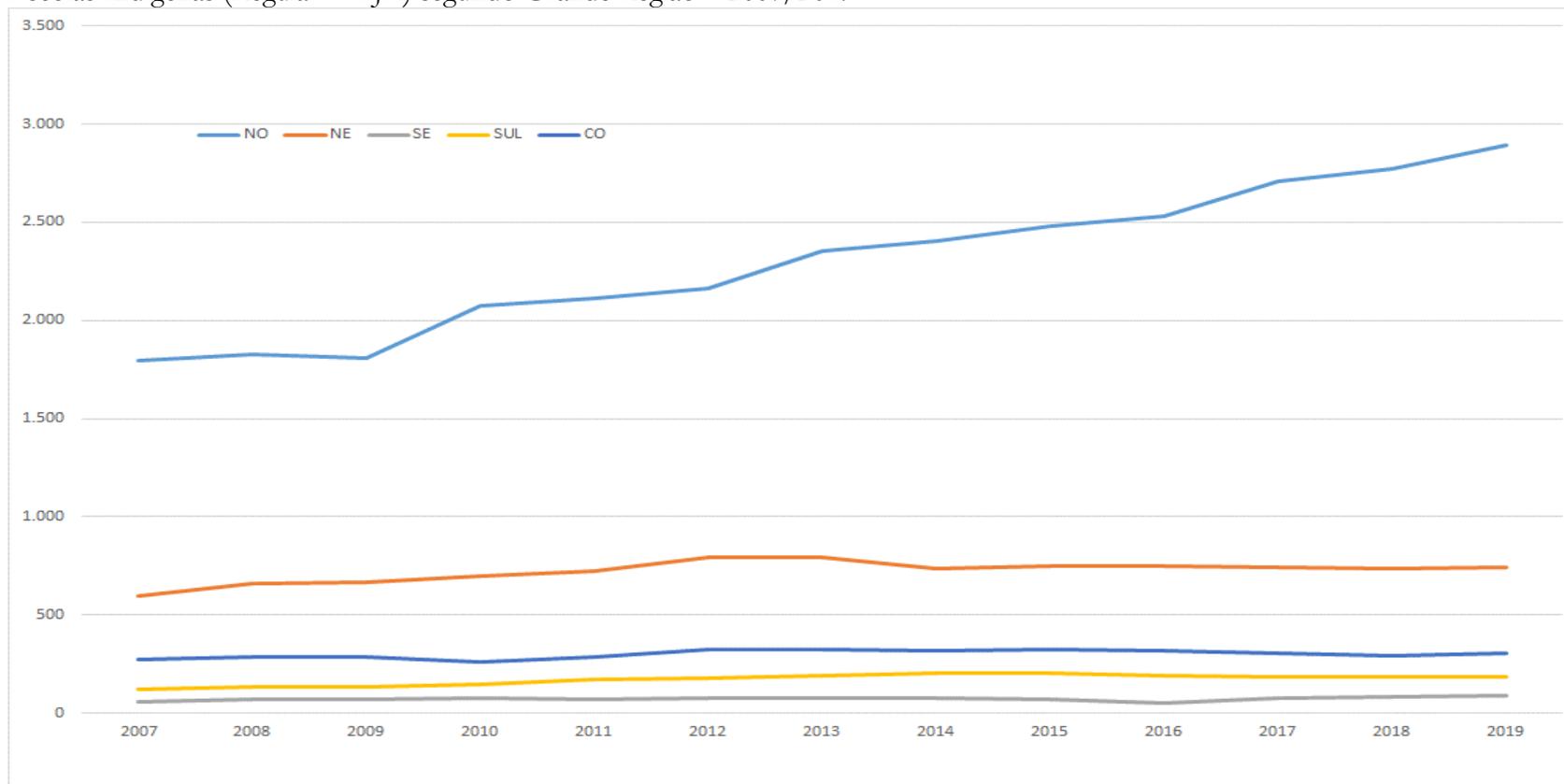


Fonte: INEP, microdados do Censo Escolar.

Quando se considera a evolução das escolas segundo grande região (Gráfico 3), a região Sul é que apresentou a maior taxa de crescimento anual nos últimos 12 anos (6,2% a.a.), seguida da região Norte (4,1%) conforme segue

Gráfico 3

Escolas Indígenas (Regular + EJA) segundo Grande Região – 2007/2019

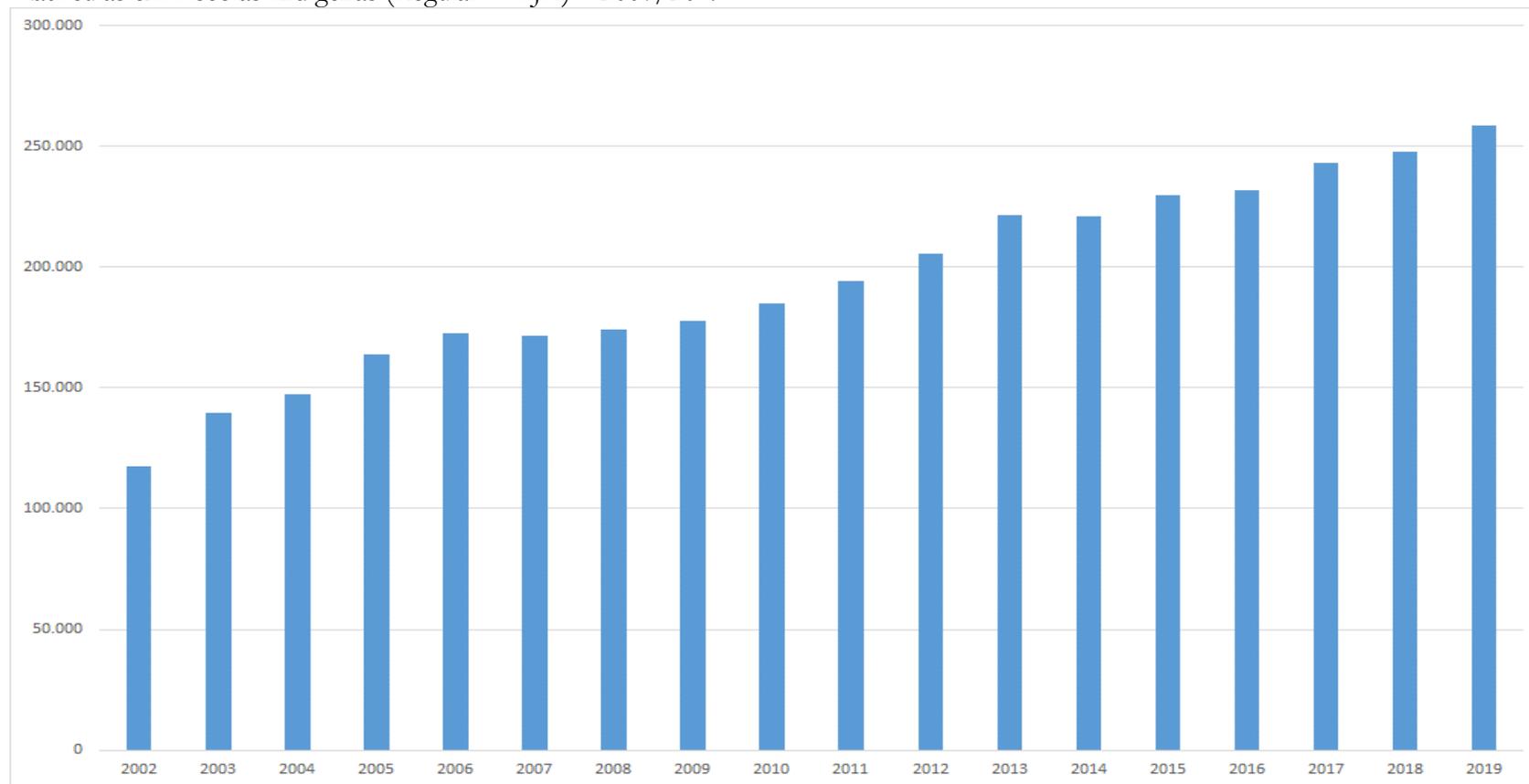


Fonte: INEP, microdados do Censo Escolar.

Em complemento o Gráfico 4 apresenta a evolução das matrículas em escolas indígenas entre 2002 e 2019. A taxa média de crescimento do número de matrículas em escolas indígenas foi de 4,7% a.a, com uma leve aceleração nos últimos anos. Uma taxa menor de crescimento das matrículas sinaliza que estão sendo criadas escolas menores, alcançando então grupos mais distantes e mais isolados.

Gráfico 4

Matrículas em Escolas Indígenas (Regular + EJA) – 2007/2019

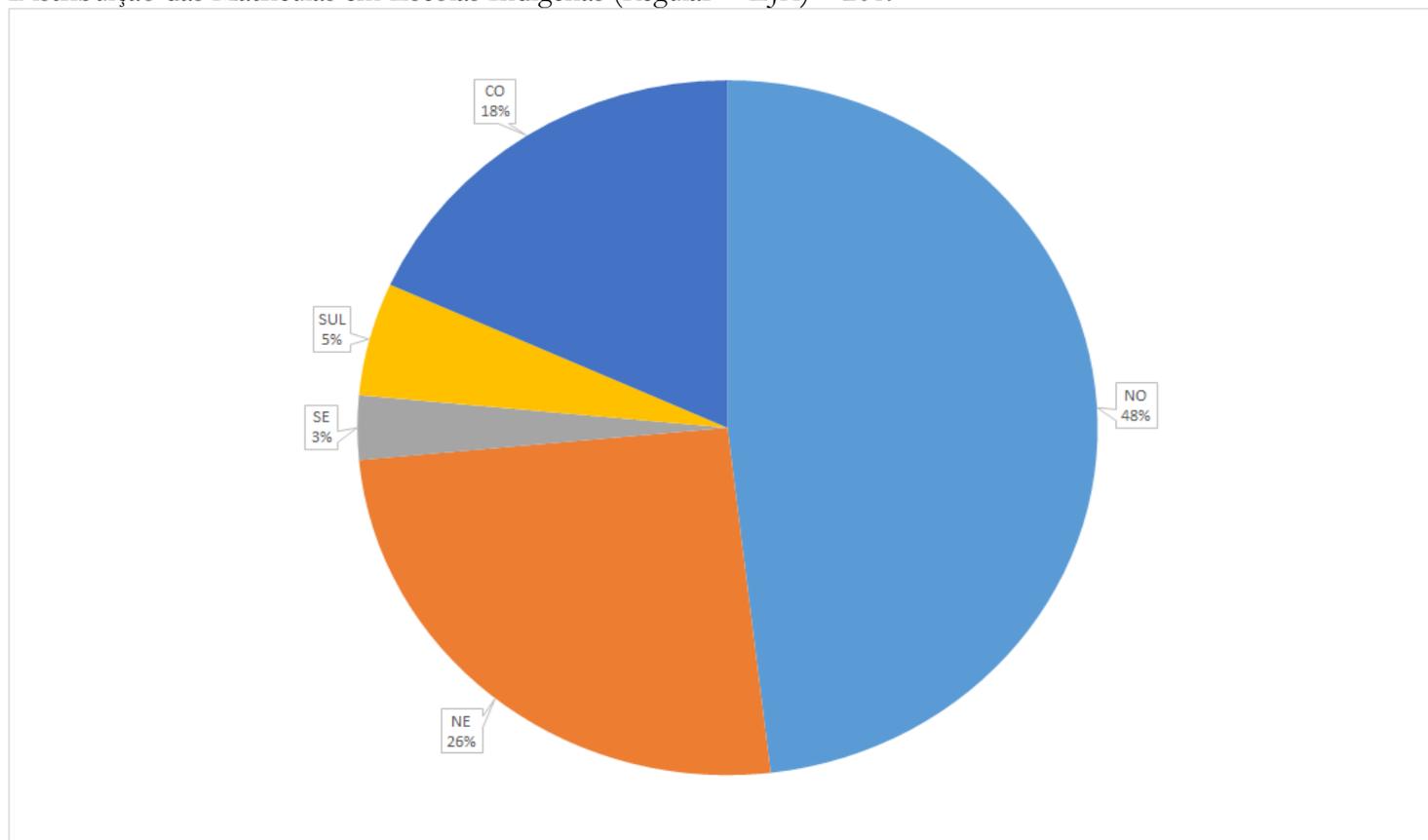


Fonte: INEP, microdados do Censo Escolar. Luciano, 2007.

Torna-se relevante considerar também a distribuição geográfica destes povos, mais dispersos na Região Norte. Este fenômeno é evidente quando se considera a distribuição do número de matrículas por Grande Região (ver Gráfico 5). Um pouco menos de metade das matrículas concentram-se na Região Norte, por oposição aos 2/3 das escolas.

Gráfico 5

Distribuição das Matrículas em Escolas Indígenas (Regular + EJA) – 2019

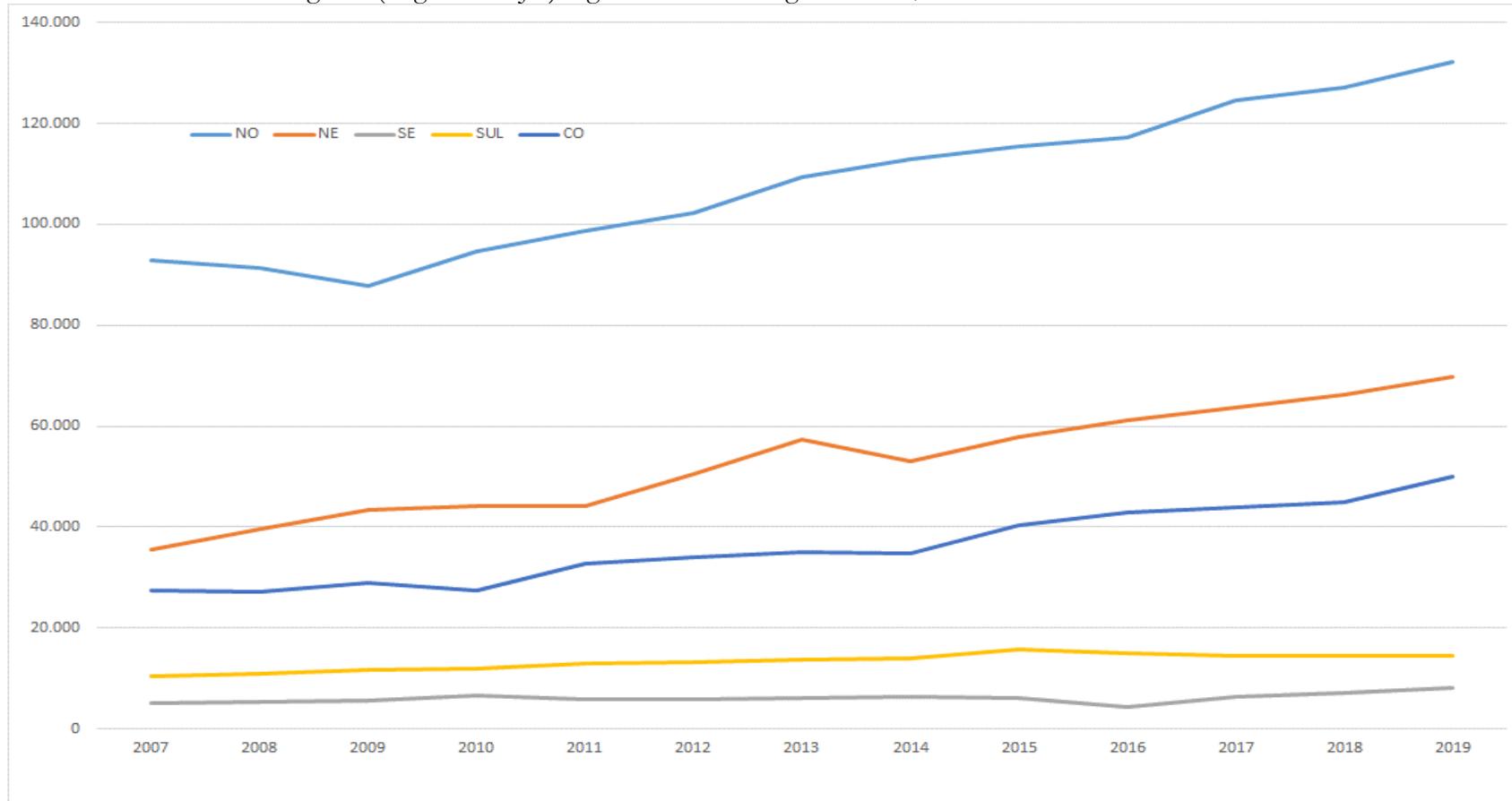


Fonte: INEP, microdados do Censo Escolar.

O Gráfico 6 apresenta a evolução das matrículas em escolas indígenas segundo grande região, a região Sul é que apresentou a menor taxa de crescimento anual nos últimos 12 anos (2,8% a.a.), seguida da região Norte (3,0%). Nestas duas regiões o número médio de matrículas por escola, diminuiu no período.

Gráfico 6

Matrículas em Escolas Indígenas (Regular + EJA) segundo Grande Região – 2007/2019



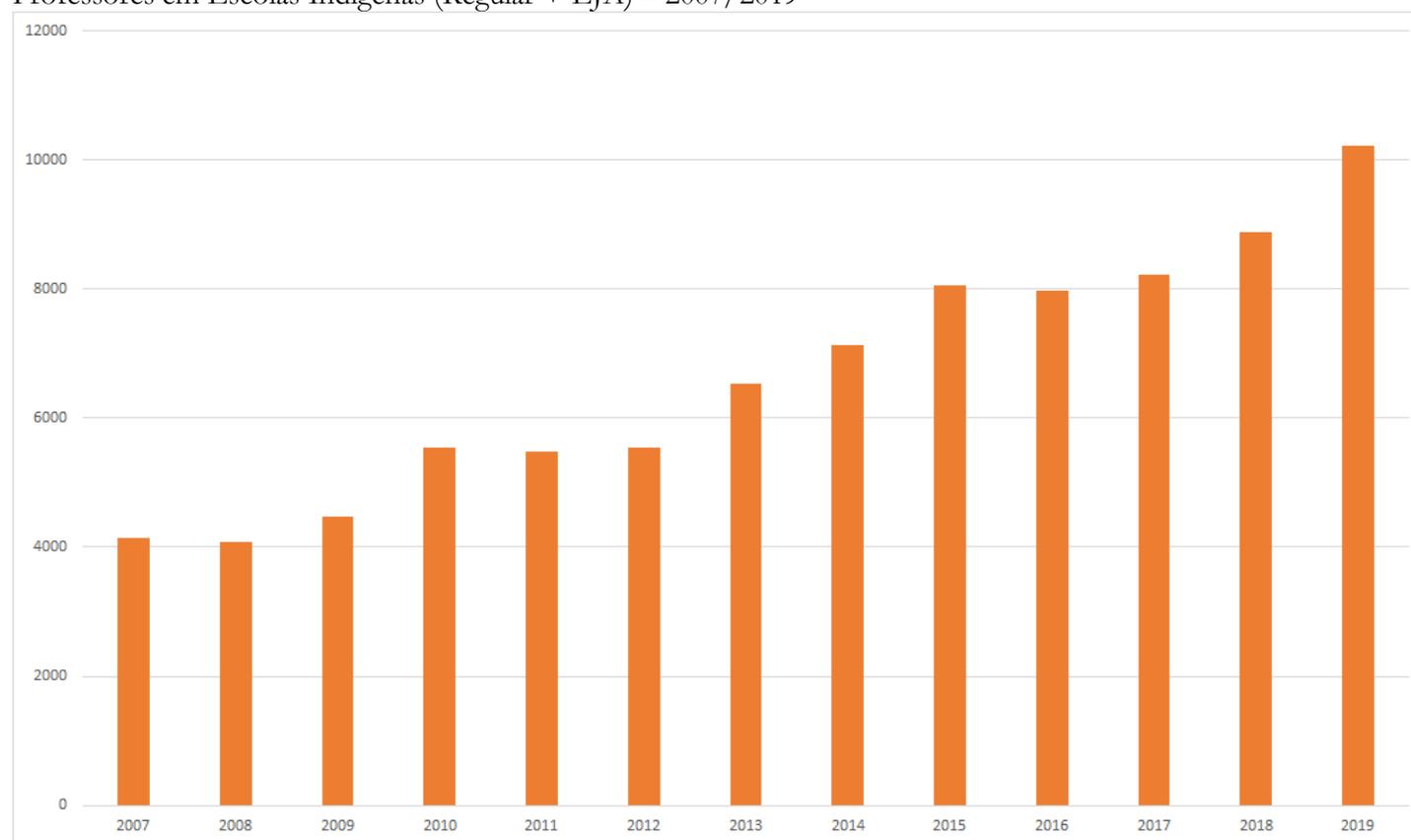
Fonte: INEP, microdados do Censo Escolar

Concomitante com o aumento de matrículas e de escolas, houve um aumento também no número de docentes nas escolas. O gráfico 7 e 8 apresentam esta evolução entre 2007 e 2019. O que se nota é a alternância de períodos de estagnação com períodos de crescimento, notável nos intervalos 2009/2010, 2012/2013 e 2018/2019.

É importante notar que o crescimento dos docentes foi bem superior ao de escolas e aos de matrículas. Entre 2002 e 2007 a taxa anual de crescimento para o Brasil como um todo foi de 7,8% a.a., bem acima das taxas de crescimento do número de escolas. Em 2007 existiam cerca de 2,4 professores para cada 100 alunos, já em 2019, este número cresceu para um quase 4,0.

Gráfico 7

Professores em Escolas Indígenas (Regular + EJA) – 2007/2019

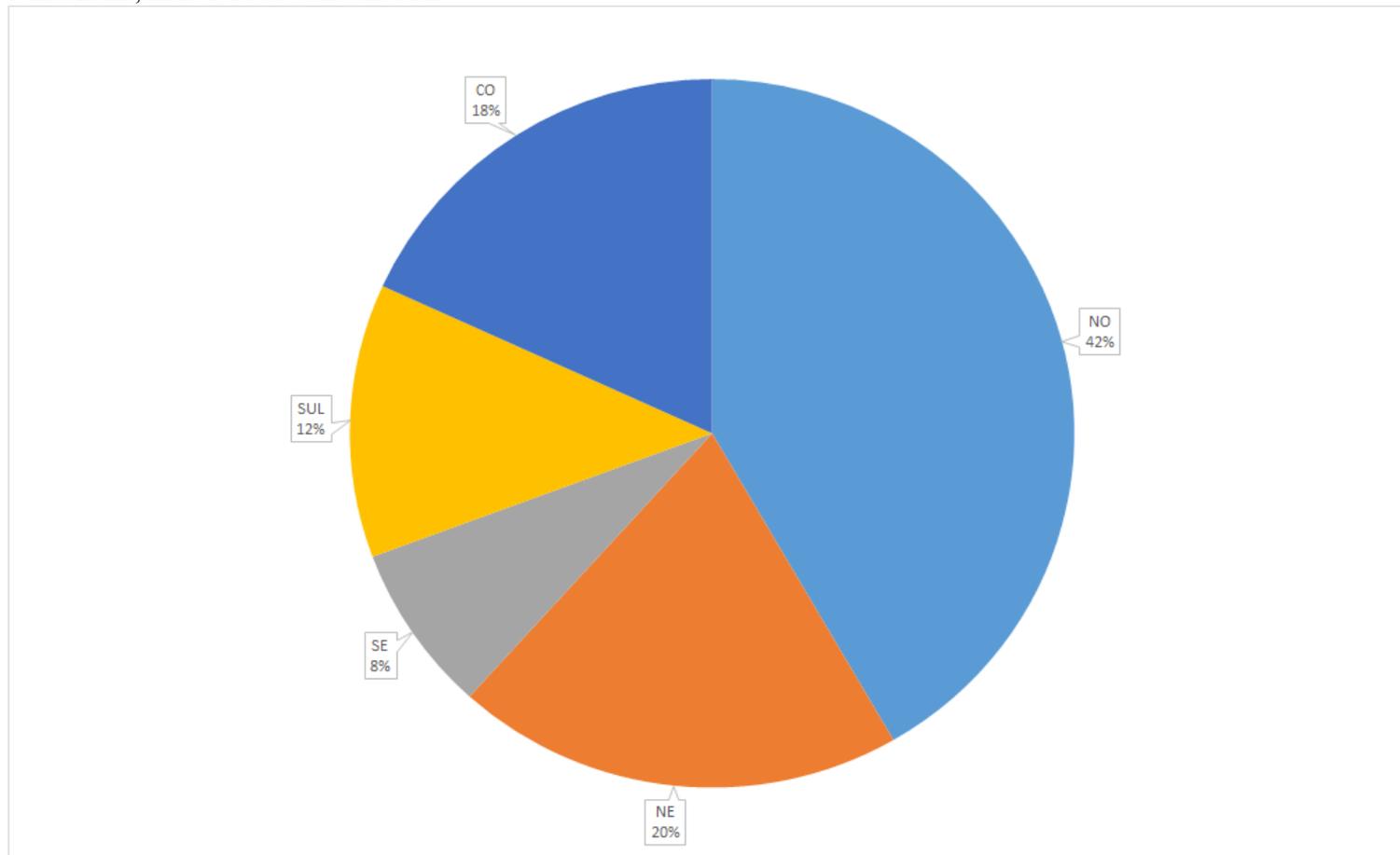


Fonte: INEP, microdados do Censo Escolar.

Gráfico 8

Distribuição dos Professores em Escolas Indígenas (Regular + EJA) segundo Grande Região – 2019

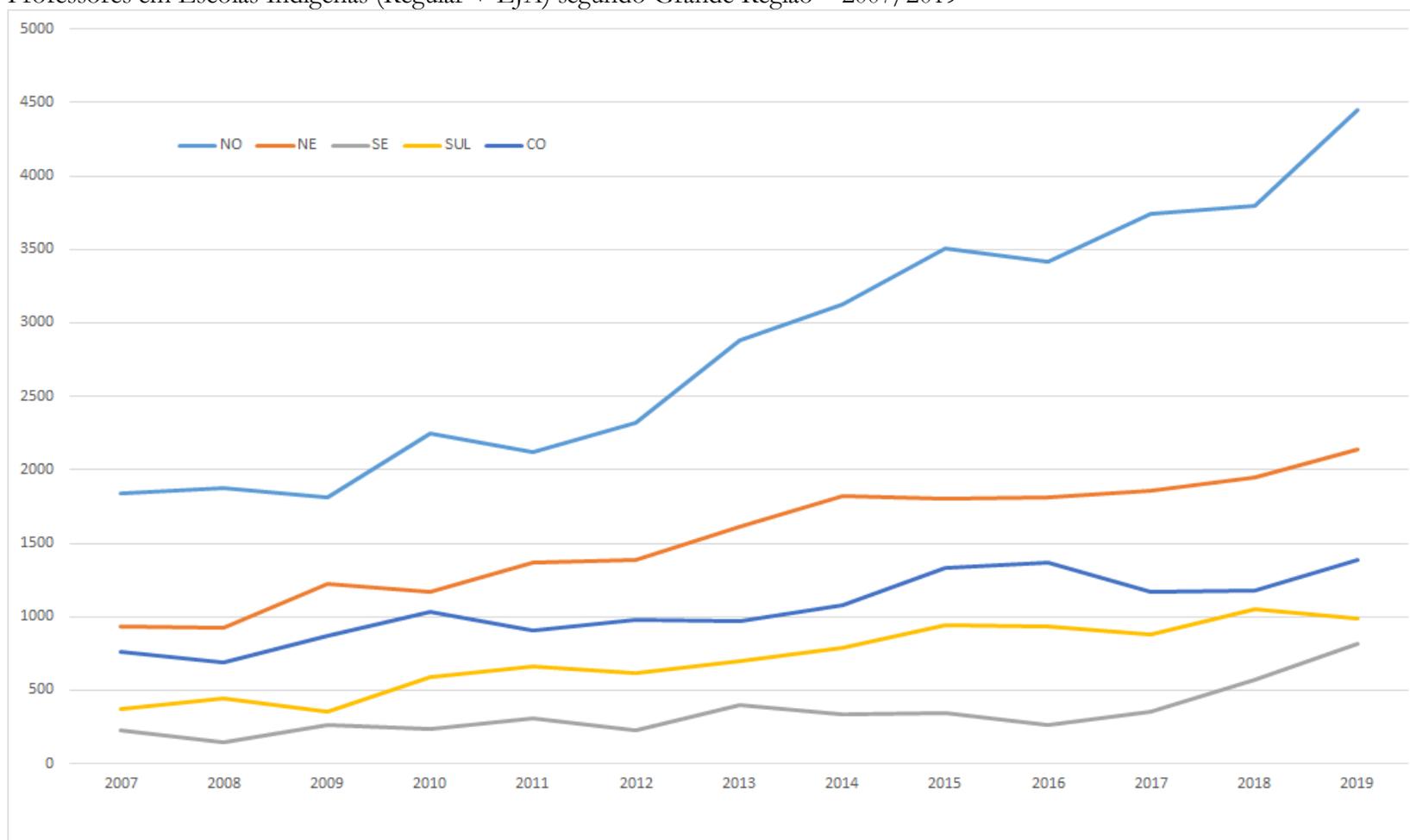
Fonte: INEP, microdados do Censo Escolar.



Para finalizar a apresentação destes dados, temos o gráfico 9 que apresenta a evolução do número de professores em escolas indígenas segundo grande região, as regiões Sudeste e Sul apresentaram as maiores taxas de crescimento deste número, respectivamente 11,2% e 11,1%.

Gráfico 9

Professores em Escolas Indígenas (Regular + EJA) segundo Grande Região – 2007/2019



Fonte: INEP, microdados do Censo Escolar.

Neste sentido, este dossiê (dividido em dois volumes) se propõe a reunir artigos e estudos que vislumbrem experiências dos povos indígenas na tarefa de satisfazer suas necessidades específicas na educação escolar indígena e da educação indígena, incorporando a partir disso, sua história, crenças, sistema de valores e cultura organizacional. A trajetória sóciohistórica para que os povos indígenas possam conquistar sua autonomia pedagógica envolve a apropriação dos processos educativos que se encontram vinculados tanto a educação escolar indígena, quanto a educação indígena (processos próprios de aprendizagem). Para os povos indígenas, este caminho poderia parecer simples, em um primeiro momento, em razão do novo paradigma da educação escolar indígena que privilegia a diversidade cultural. Entretanto, à medida que os indígenas avançam em direção à consecução dos seus próprios projetos de conquista esbarram em várias questões de ordem burocráticas e dificultosas.

Sendo assim, este segundo volume (dividido em duas partes), prioriza textos teóricos, relatos, vivências e análises de experiências em escolas e outras organizações indígenas, dando preferência para resultados que envolvam alunos utilizando material específico e não específico, bem como, de programas para relatar a história dos diferentes povos/nações indígenas (para indígenas e não indígenas), análises de políticas públicas relacionadas, experiências de consolidação de registros escritos, de transliteração, de gramáticas, literatura em línguas nativas, materiais didáticos, formação de professores, impactos de eventuais políticas nos conflitos e nas identidades de lideranças, entre outros, numa perspectiva mais decolonial da realidade. A partir disso e considerando que outros países da América Latina têm uma vasta contribuição sobre o tema, foram também selecionados textos sobre estas experiências.

Parte 1 – Volume 2

Na primeira parte do volume II abrimos com texto de Júlia Cleide Teixeira de Miranda & Carlos Nazareno Ferreira Borges que trazem visibilidade ao povo indígena Tembé-Tenetehara que tradicionalmente pratica o Ritual da Festa do Moqueado celebrando a passagem de meninas e meninos da infância para a vida adulta. Neste ritual estão presentes diversos saberes tradicionais do povo Tembé-Tenetehara. A intenção dos autores foi analisar como o Ritual da Festa do Moqueado configura-se em um processo educativo no qual são produzidos, circulam e são apropriados múltiplos saberes contribuindo para a construção da identidade e da cultura indígena Tembé-Tenetehara. O estudo elucidou como o Ritual é um processo educativo intencional, com objetivos e objetos de conhecimentos definidos e articulados e que os saberes contidos na Festa do Moqueado se traduzem em um processos educativos a medida que são apropriados, assimilados e ressignificados pelos jovens protagonistas sendo determinante para a construção de sua identidade étnica e afirmação de sua cultura.

Por sua vez, o segundo texto escrito por Juarez Melgaço Valadares & Célio da Silveira Júnior traz um discussão sobre a interculturalidade e o ensino de ciências no cotidiano de uma sala de aula. Historicamente, a ciência se tornou um obstáculo para a entrada de outros saberes nas escolas. Desde 1990 a superioridade do conhecimento científico começou a sofrer críticas pelos pesquisadores da educação. Paralelamente, a educação indígena vem se afirmando como um espaço privilegiado de reconhecimento das relações dos grupos culturais entre si, de maneira que os saberes tradicionais foram incorporados ao currículo escolar, trazendo outros desafios para o trabalho pedagógico. Neste sentido, os autores realizam um estudo de caso, na qual os saberes tradicionais fizeram parte de uma disciplina do Curso de Licenciatura para Educadores Indígenas da Universidade Federal de Minas Gerais. Concluíram que houve o fortalecimento da cultura indígena sendo esta repensada à medida que a interlocução mantida fez ver a viabilidade do diálogo intercultural em sua complexidade.

Já o terceiro texto escrito por Aldrin Cleyde da Cunha fez parte da pesquisa que foi realizada no curso de formação de professores indígenas Guarani e Kaiowá da Universidade

Federal da Grande Dourados no estado do Mato Grosso do Sul. O estudo teve como objetivo, desenvolver estratégias etnomatemática (geração, organização e difusão do conhecimento) na formação inicial de professores indígenas de matemática, de maneira a contribuir com a manutenção e dinamização da cultura Guarani e Kaiowá. A autora constatou que as atividades desenvolvidas durante o processo investigativo que os futuros professores indígenas de matemática, apesar de ter consciência da necessidade de uma educação diferenciada, se encontram em um universo de indecisão em relação a sua formação.

O quarto texto deste volume foi escrito por Luzia Aikanã, Reginaldo de Oliveira Nunes & Iuri da Cruz Oliveira problematizando o ensino de ciências na aldeia. Sendo assim, a pesquisa teve o objetivo de identificar e discutir as percepções de estudantes indígenas da etnia Aikanã sobre as plantas frutíferas da sua terra indígena. Os dados foram obtidos por meio de questionário, aplicado a alunos de 6º a 9º ano do Ensino Fundamental, da Escola Municipal Multisseriada Indígena Capitão Aritimon, localizada na Aldeia Gleba Tubarão, Terra Indígena Tubarão Latundê. Os autores observaram que as frutas podem vir a garantir uma sustentabilidade alimentícia na aldeia, sendo conhecidas pelos alunos, mas na maioria das vezes estão distantes das proximidades da aldeia, dificultando assim o seu consumo. A utilização da pesquisa no ensino de Ciências faz com que os alunos levantem um conhecimento prévio que os mesmos já possuem. Neste sentido, trabalhos como este são importantes ferramentas de ensino e construção de conhecimento.

O quinto deste volume foi escrito por Marcos Gehrke, Marlene Lucia Siebert Sapelli & Rosângela Celia Faustino se propôs em analisar o processo de construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico da Licenciatura em Pedagogia Indígena, da Universidade Estadual do Centro Oeste, em Guarapuava/PR/BR, a partir da apresentação da demanda pela comunidade indígena do Rio das Cobras. Neste sentido, ao longo da pesquisa os autores explicitam o aparato jurídico-pedagógico acerca do acesso ao ensino superior, do curso de Pedagogia, bem como da formação de professores indígenas. Como principais conclusões os autores apontam que a consolidação do curso de Pedagogia, atendeu às especificidades culturais e epistemológicas dos indígenas, representando uma forma de resistir, de ocupar a Universidade, garantindo que ela se pinte de povo, que ela, de alguma forma, contribua para fortalecer processos de auto-organização, de formação humana em todas as dimensões, de acesso a diferentes formas de conhecimento, de qualificação profissional, de reavaliação da própria organização do trabalho pedagógico na Universidade.

Já o sexto artigo que compõe este volume foi produzido por Carlos Mondaca & Raúl Bustos e teve como objetivo geral analisar a importância da construção da memória histórica Aimara a partir de uma abordagem teórica curricular intercultural e bilíngue crítica para sua implementação no ensino fundamental nas escolas do norte do Chile. Desta forma, os autores em suas conclusões sustentam que esse tipo de modelo curricular aumenta a possibilidade de erradicar o folclore da Educação Intercultural Bilíngue nas salas de aula da fronteira norte do Chile e expressar a possibilidade de complementar o currículo nacional, desenvolvendo competências interculturais para todos os estudantes da fronteira norte do Chile.

Por sua vez, a sétima pesquisa deste volume escrita por Gilza Ferreira de Souza Felipe Pereira, Wagner Roberto do Amaral & Jenifer Araujo Barroso Bilar refere-se a um resultado da autoria dialógica entre uma acadêmica e pesquisadora indígena e dois pesquisadores não indígenas envolvidos nessa temática, intenciona contribuir para maior visibilidade e reconhecimento das trajetórias dos acadêmicos e profissionais indígenas, formados por universidades públicas, num contexto recente de constituição de políticas de ações afirmativas as quais viabilizam o ingresso e a permanência de populações indígenas e afrodescendentes no Brasil e na América Latina. Estes sujeitos têm se inserido na educação superior e atuado intensamente nos mais diferentes espaços de permanência estudantil, de lutas políticas, de reconhecimento social e cultural, não somente nos ambientes acadêmicos como também no cotidiano de suas comunidades de pertencimento. Os autores trazem reflexões dão visibilidade

aos desafios cotidianos vivenciados pelos indígenas ao se constituírem pesquisadores, intelectuais, protagonistas, sujeitos e autores dos conhecimentos por eles produzidos, inaugurando um momento inédito na história dos povos indígenas no Brasil e contribuindo para novas estratégias de resistência e fortalecimento das lutas indígenas.

Por fim, o oitavo texto deste volume, foi produzido por Anderson Brasil & Cícero da Silva objetivou discutir o acesso do povo indígena Apinayé ao curso de Licenciatura em Educação do Campo: Códigos e Linguagens - Artes e Música da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Tocantinópolis, Brasil, bem como dialogar com alguns teóricos contemporâneos (Lévi-Strauss, 1973; Brandão, 1983; Nimuendaju, 1983; Santos, 1999; Haesbaert, 2016) acerca da diversidade sociocultural no Estado do Tocantins. Os resultados da investigação mostraram que, apesar de a UFT utilizar diferentes ações afirmativas como programas específicos para acolher e dar apoio aos estudantes indígenas e as atividades didático-pedagógicas implementadas em sala de aula no curso Licenciatura em Educação do Campo terem suas especificidades voltadas à formação dos povos do campo, tudo isso não tem sido o suficiente para garantir a inclusão/permanência dos indígenas nesse curso de graduação. E as maiores barreiras enfrentadas pelos Apinayé tem sido a língua portuguesa e a epistemologia da academia.

Parte 2 – Volume 2

Na segunda parte do volume II, temos o nono texto escrito por Juliane Sachser Angnes, Elisa Yoshie Ichikawa, Marcel Luciano Klozovski & Maria de Fátima Quintal de Freitas. Trata-se de um ensaio teórico se propôs a compreender como se configura a concepção contemporânea de Direitos Humanos, e a partir disso, articular as Ações Afirmativas para os Povos Indígenas inseridas nesta concepção. Ou seja, se propõe em refletir de que forma ocorreu este processo na América Latina, ou seja, se estas ações propostas na América Latina para os Povos Indígenas adotam uma perspectiva constituída no “sujeito de direito” sendo visto em sua particularidade e peculiaridade, apresentando se houve avanços ou retrocessos. Os resultados apontaram que, especificamente, que a partir das concepções apresentadas na OIT houve uma quebra do paradigma integracionista mostrando um verdadeiro avanço frente às concepções e às formas como as sociedades indígenas são compreendidas, pelo menos na legislação aplicada na América Latina. Todavia, os autores afirmam que muito ainda há que se refletir e lutar.

Por sua vez, o décimo texto foi escrito por Jorge Alejandro Santos, Cláudia Battestin, Darren R. Reid & Leonel Piovezana e apresenta uma experiência de diálogo intercultural por meio de uma aula compartilhada entre estudantes brasileiros do povo *Kaingang* e estudantes de história da Universidade de Coventry, no Reino Unido. É inspirado pela proposta da filosofia intercultural que propõe o diálogo entre culturas como forma de articular uma alternativa para o projeto atual processo de globalização, com base na diversidade de culturas entendida como reservas humanidade capaz de fornecer recursos para uma globalização da solidariedade, com base na cooperação entre povos e culturas. Os autores afirma que a construção desse diálogo requer ações concretas e propostas que levem adiante o que é meramente declarado filosoficamente. Para eles o campo educacional, e especialmente a educação e a escola indígena, são um excelente espaço para articular o diálogo intercultural de maneira prática e concreta. Portanto, além de apresentar a experiência, seus resultados são avaliados qualitativamente, mostrando o impacto positivo que teve nos dois grupos que participaram.

Já o décimo primeiro texto produzido por Ana Carolina Gomes Coimbra & Maria Luisa Branco versa sobre a educação escolar e os saberes tradicionais dos Pipipã de Kambixuru, situados no município de Floresta, Pernambuco, Brasil. Foram apresentados os relatos dos professores indígenas sobre a importância da educação escolar e a inclusão dos saberes tradicionais, nomeadamente a medicina, o Toré e a Jurema Sagrada no currículo diferenciado da Escola Estadual Indígena Joaquim Roseno, na Aldeia Travessão do Ouro. As autoras

trazem em suas reflexões que os saberes tradicionais são apresentados à comunidade na escola e através da oralidade e, apesar dos processos de aculturação existentes, é perceptível a perseverança da comunidade indígena em manter o seu legado. Para elas, o discurso intercultural contribui para a permanência e resistência deste povo, pois a diversidade cultural em seus conceitos epistemológicos e em sua prática é de suma relevância tanto para a construção acadêmica quanto para uma pedagogia da vida.

O décimo segundo texto foi escrito por Juan Guillermo Mansilla Sepúlveda & José Rubens Lima Jardimino aborda a educação dos povos indígenas na América Latina. Trata-se de uma aproximação de estudos sobre a história da educação dos povos indígenas (educação escolarizada) tendo como caso o Brasil e o Chile. Representa um esforço de reflexão de dois pesquisadores da Sociedade de História da Educação da América Latina (Shela) que vem estudando a Educação Indígena e Educação Escolar Indígena no Chile e Brasil. Teve como fundamento teórico os estudos sobre "colonialidade e decolonialidade" nas questões indígenas na América Latina.

A décima terceira pesquisa que compõe este volume foi escrita por Fatima Rosane Silveira Souza & Ana Luisa Teixeira Menezes e propõe discussões sobre a educação na escola indígena, na perspectiva dos povos Mbya-Guarani das aldeias *Tekoa Ka'agui Poty* e *Tekoá Yvy Poty*, sul do Brasil. A escola indígena quer transformar um modelo de escola colonizador e integracionista, em um lugar de resistência étnica, de preservação da cultura. Como política pública, sua efetividade depende de posicionamentos governamentais que são influenciados pela dificuldade do não indígena em compreender e respeitar as diferenças que observam no modo de ser Guarani. O Guarani não faz distinção entre vida, educação e espiritualidade e quer uma escola que contribua para fortalecer esse modo de viver. A metodologia de investigação tem como inspiração uma ação participante e colaborativa, com trocas recíprocas e simétricas entre indígenas e não indígenas.

No décimo quarto texto os autores Waldineia Antunes de Alcântara Ferreira, Alceu Zoia & Beleni Saléte Grandó analisa o "Projeto Ação Saberes Indígenas na Escola – Rede UFMT" como sendo uma ação política voltada à educação escolar indígena a fim de atender os direitos específicos dos povos originários do Brasil. Em Mato Grosso, focaliza a formação continuada de 115 professores de 12 povos indígenas, com vistas a atender a alfabetização, o letramento e o numeramento, bem como a produção de material didático bilíngue. Os autores trazem na pesquisa o respeito aos processos de aprendizagem próprios, a língua e a cultura numa perspectiva intercultural como sendo um direito que se analisa a partir do processo de produção dos materiais didáticos com três povos. A pesquisa colaborativa para a produção de materiais didáticos teve por referência as pedagogias indígenas próprias na produção de material didático e a política sociolinguística que permeia as lutas históricas dos povos originários. Com os dados analisados neste artigo, compreende-se a complexidade da ação política voltada à educação escolar que considere os saberes e práticas interculturais e possibilitem aos povos a construção de suas identidades e cosmovisões, no processo de alfabetizar-se no mundo. Concluiu-se que os desafios se sustentam em estratégias de redes solidárias de aprendizagens para o enfrentamento dos percalços políticos com a retirada de direitos e políticas públicas específicas que impactam diretamente os povos indígenas do Brasil.

O décimo quinto texto foi escrito por Cecilia Navia Antezana, Gabriela Czarny Krischkautzky & Gisela Salinas Sánchez foram analisadas experiências de jovens indígenas que estudam em um programa educacional da Universidade Nacional Pedagógica da Cidade do México. As autoras questionam alguns efeitos produzidos por plano de ensino com marca étnica, reconhecendo as contradições e discriminações pelos quais passam os sujeitos que os conduzem. A pesquisa realizada busca contribuir para o debate contemporâneo sobre os modos de autorreconhecimento da juventude indígena na educação superior e tensionar concepções profundamente enraizadas como a identidade étnica, que continuam a nortear as políticas educacionais em nosso contexto. Neste sentido, a pesquisa tras como conclusões que foram

reconhecidas áreas como vínculo e confiança com os professores, e como isso contribui para o reposicionamento dos sujeitos, seus processos identitários e caminhos emancipatórios. Ao mesmo tempo, são reconhecidas as discriminações presentes na universidade, que são reforçadas em alguns casos pelas formas essencialistas de compreensão da presença indígena e são discutidos alguns efeitos produzidos pelas ações afirmativas, que refletem situações de confronto e contradição nos processos de habitar a universidade por estudantes indígenas.

Já o décimo sexto texto foi escrito por Sandra Maders & Valdo Barcelos teve como foco central discutir as questões relacionadas à educação escolar indígena no Brasil, bem como, os pressupostos da interculturalidade para se pensá-la. Tratou-se de uma pesquisa teórica, de cunho qualitativo. Os autores refletem que o processo educativo nas comunidades indígenas – neste texto, como exemplo o povo guarani – acontece por meio da troca de experiências, na construção de um saber coletivo, intermediada pelo Karáí.

Por fim, fechando o nosso dossiê temos o décimo sétimo texto, escrito por Rozane Alonso Alves, Jonatha Daniel dos Santos & Maria Isabel Alonso Alves que problematiza e apresenta alguns cenários de subalternização e de resistência indígena, especificamente, no Estado de Rondônia. Os autores partem de pesquisas desenvolvidas no contexto rondoniense para expor as estratégias utilizadas pelos povos indígenas de Rondônia enquanto luta e resistência das comunidades indígenas, tornando-se protagonistas em espaços de formação e atuação escolar. Arelado ao protagonismo apresenta a escola indígena enquanto espaço intercultural, promovendo práticas pedagógicas pautadas no currículo que não se efetiva apenas pelos conteúdos disciplinares, mas também como processo cosmológico que ocorre por meio da Pedagogia Indígena produzida não apenas pelos seus professores/as, mas por toda estrutura orgânica da comunidade.

Finalizamos, destacando que as orientações aqui apresentadas não traduzem toda a complexidade dos cenários em que se encontram as populações indígenas do Brasil e da América Latina, tampouco as múltiplas facetas que podem assumir. Esperamos que os estudos aqui socializados possam auxiliar nossas reflexões e servir como um convite para que sejam sempre ampliadas e aprimoradas, adaptando sua utilização em cada contexto.

Boa leitura a todos(as)!

Referências

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2010). *Censo Demográfico 2010: microdados*. IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25089-censo-1991-6.html?=&t=microdados>. Acesso em: 1 de agosto de 2020.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP]. (2019) *Censo Escolar: microdados. 2007 a 2019*. INEP. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/microdados>. Acesso em: 1 de agosto de 2020.
- Luciano, G. J. dos S. (2007). *Cenário contemporâneo da educação escolar indígena no Brasil*. Ministério da Educação/ Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/releicebcnerev.pdf>. Acesso em: 1 de agosto de 2020.

Sobre o Autores/Editores

Kaizô Iwakami Beltrão

EBAPE FGV - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas

kaizo.beltrao@fgv.br

<http://orcid.org/0000-0002-3590-8057>

Graduação em Engenharia Mecânica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (1974), mestrado em Matemática Aplicada pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (1977) e doutorado em Estatística pelo Departamento de Estatística da Princeton University (1981). Atualmente é Pesquisador/Professor da EBAPE/FGV-RJ e responsável técnico pelos relatórios técnicos do ENADE junto ao INEP através da Fundação Cesgranrio. Tem experiência na área de População e Políticas Públicas, com ênfase em Previdência Social e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: bases de dados para políticas públicas, avaliações educacionais, diferenciais por sexo/raça, condições de saúde, demografia (modelagem estatística) e mortalidade.

Juliane Sachser Angnes

Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO)

Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE UNICENTRO)

Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGADM UNICENTRO)

julianeangnes@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-4887-7042>

Graduação em Secretariado Executivo Bilingüe e em Letras - Português/Inglês pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Especialista em Linguística Aplicada e Mestre em Letras - Linguagem e Sociedade também pela UNIOESTE. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), linha de Cognição, Desenvolvimento Humano e Aprendizagem. Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá (UEM) no Grupo de Pesquisas em Estudos Organizacionais. É professora da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) vinculada ao Departamento de Secretariado Executivo e aos Programas de Pós-Graduação em Administração (Mestrado Profissional) e Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado). Tem experiência na docência e pesquisa nas áreas de Educação e Administração, atuando principalmente nas seguintes áreas temáticas: educação escolar indígena; comunicação organizacional; redes solidárias; economia do bem-estar social; gestão escolar; planejamento e organização de eventos; cerimonial e protocolo; etiqueta social e comportamental; redação técnica oficial e empresarial; responsabilidade social; pesquisa qualitativa em Ciências Sociais Aplicadas.

Dossiê Especial
Educação e Povos Indígenas:
Identities em Construção e Reconstrução

arquivos analíticos de políticas educativas

Volume 28 Número 151

26 de outubro 2020

ISSN 1068-2341



Los/as lectores/as pueden copiar, mostrar, distribuir, y adaptar este artículo, siempre y cuando se de crédito y atribución al autor/es y a Archivos Analíticos de Políticas Educativas, los cambios se identifican y la misma licencia se aplica al trabajo derivada. Más detalles de la licencia de Creative Commons se encuentran en <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>. Cualquier otro uso debe ser aprobado en conjunto por el autor/es, o AAPE/EPAA. La sección en español para Sud América de AAPE/EPAA es publicada por el *Mary Lou Fulton Teachers College, Arizona State University* y la *Universidad de San Andrés* de Argentina. Los artículos que aparecen en AAPE son indexados en CIRC (Clasificación Integrada de Revistas Científicas, España) DIALNET (España), [Directory of Open Access Journals](#), EBSCO Education Research Complete, ERIC, Education Full Text (H.W. Wilson), PubMed, QUALIS A1 (Brazil), Redalyc, SCImago Journal Rank, SCOPUS, SOCOLAR (China).

Por errores y sugerencias contacte a Fischman@asu.edu

Síganos en EPAA's Facebook comunidad at <https://www.facebook.com/EPAAAPE> y en Twitter feed @epaa_aape.

arquivos analíticos de políticas educativas
conselho editorial

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Editoras Coordenadoras: **Marcia Pletsch, Sandra Regina Sales** (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Editores Associadas: **Andréa Barbosa Gouveia** (Universidade Federal do Paraná), **Kaizo Iwakami Beltrao**, (EBAPE/FGV), **Sheizi Calheira de Freitas** (Federal University of Bahia), **Maria Margarida Machado**, (Federal University of Goiás / Universidade Federal de Goiás), **Gilberto José Miranda**, (Universidade Federal de Uberlândia)

Almerindo Afonso

Universidade do Minho
Portugal

Alexandre Fernandez Vaz

Universidade Federal de Santa
Catarina, Brasil

José Augusto Pacheco

Universidade do Minho, Portugal

Rosanna Maria Barros Sá

Universidade do Algarve
Portugal

Regina Célia Linhares Hostins

Universidade do Vale do Itajaí,
Brasil

Jane Paiva

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Brasil

Maria Helena Bonilla

Universidade Federal da Bahia
Brasil

Alfredo Macedo Gomes

Universidade Federal de Pernambuco
Brasil

Paulo Alberto Santos Vieira

Universidade do Estado de Mato
Grosso, Brasil

Rosa Maria Bueno Fischer

Universidade Federal do Rio Grande
do Sul, Brasil

Jefferson Mainardes

Universidade Estadual de Ponta
Grossa, Brasil

Fabiany de Cássia Tavares Silva

Universidade Federal do Mato
Grosso do Sul, Brasil

Alice Casimiro Lopes

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Brasil

Jader Janer Moreira Lopes

Universidade Federal Fluminense e
Universidade Federal de Juiz de Fora,
Brasil

António Teodoro

Universidade Lusófona
Portugal

Suzana Feldens Schwertner

Centro Universitário Univates
Brasil

Debora Nunes

Universidade Federal do Rio Grande
do Norte, Brasil

Lílian do Valle

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Brasil

Geovana Mendonça Lunardi

Mendes Universidade do Estado de
Santa Catarina

Alda Junqueira Marin

Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo, Brasil

Alfredo Veiga-Neto

Universidade Federal do Rio Grande
do Sul, Brasil

Flávia Miller Naethe Motta

Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro, Brasil

Dalila Andrade Oliveira

Universidade Federal de Minas
Gerais, Brasil

archivos analíticos de políticas educativas consejo editorial

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Coordinador (Español / Latinoamérica): **Ignacio Barrenechea, Axel Rivas** (Universidad de San Andrés)

Editor Coordinador (Español / Norteamérica): **Armando Alcántara Santuario** (Universidad Nacional Autónoma de México)

Editor Coordinador (Español / España): **Antonio Luzon** (Universidad de Granada)

Editores Asociados: **Felicitas Acosta** (Universidad Nacional de General Sarmiento), **Jason Beech** (Universidad de San Andrés), **Angelica Buendia** (Metropolitan Autonomous University), **Alejandra Falabella** (Universidad Alberto Hurtado, Chile), **Veronica Gottau** (Universidad Torcuato Di Tella), **Carolina Guzmán-Valenzuela** (Universidade de Chile), **Cesar Lorenzo Rodriguez Uribe** (Universidad Marista de Guadalajara)

María Teresa Martín Palomo (University of Almería), **María Fernández Mellizo-Soto** (Universidad Complutense de Madrid), **Tiburcio Moreno** (Autonomous Metropolitan University-Cuajimalpa Unit), **José Luis Ramírez**, (Universidad de Sonora), **Maria Veronica Santelices** (Pontificia Universidad Católica de Chile)

Claudio Almonacid
Universidad Metropolitana de
Ciencias de la Educación, Chile

Miguel Ángel Arias Ortega
Universidad Autónoma de la
Ciudad de México

Xavier Besalú Costa
Universitat de Girona, España

Xavier Bonal Sarro Universidad
Autónoma de Barcelona, España

Antonio Bolívar Boitia
Universidad de Granada, España

José Joaquín Brunner
Universidad Diego Portales, Chile

Damián Canales Sánchez
Instituto Nacional para la
Evaluación de la Educación,
México

Gabriela de la Cruz Flores
Universidad Nacional Autónoma
de México

Marco Antonio Delgado Fuentes
Universidad Iberoamericana,
México

Inés Dussel, DIE-CINVESTAV,
México

Pedro Flores Crespo Universidad
Iberoamericana, México

Ana María García de Fanelli
Centro de Estudios de Estado y
Sociedad (CEDES) CONICET,
Argentina

Juan Carlos González Faraco
Universidad de Huelva, España

María Clemente Linuesa
Universidad de Salamanca,
España

Jaume Martínez Bonafé
Universitat de València, España

Alejandro Márquez Jiménez
Instituto de Investigaciones sobre
la Universidad y la Educación,
UNAM, México

**María Guadalupe Olivier
Tellez**, Universidad Pedagógica
Nacional, México

Miguel Pereyra Universidad de
Granada, España

Mónica Pini Universidad
Nacional de San Martín,
Argentina

Omar Orlando Pulido Chaves
Instituto para la Investigación
Educativa y el Desarrollo
Pedagógico (IDEP)

José Ignacio Rivas Flores
Universidad de Málaga, España

Miriam Rodríguez Vargas
Universidad Autónoma de
Tamaulipas, México

José Gregorio Rodríguez
Universidad Nacional de
Colombia, Colombia

Mario Rueda Beltrán Instituto
de Investigaciones sobre la
Universidad y la Educación,
UNAM, México

José Luis San Fabián Maroto
Universidad de Oviedo,
España

Jurjo Torres Santomé,
Universidad de la Coruña, España

Yengny Marisol Silva Laya
Universidad Iberoamericana,
México

Ernesto Treviño Ronzón
Universidad Veracruzana, México

Ernesto Treviño Villarreal
Universidad Diego Portales
Santiago, Chile

Antoni Verger Planells
Universidad Autónoma de
Barcelona, España

Catalina Wainerman
Universidad de San Andrés,
Argentina

Juan Carlos Yáñez Velazco
Universidad de Colima, México

education policy analysis archives
editorial board

Lead Editor: **Audrey Amrein-Beardsley** (Arizona State University)

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Associate Editors: **Melanie Bertrand, David Carlson, Lauren Harris, Danah Henriksen, Eugene Judson, Mirka Koro-Ljungberg, Daniel Liou, Scott Marley, Molly Ott, Iveta Silova** (Arizona State University)

Madelaine Adelman Arizona State University
Cristina Alfaro San Diego State University
Gary Anderson New York University

Michael W. Apple University of Wisconsin, Madison
Jeff Bale University of Toronto, Canada
Aaron Benavot SUNY Albany

David C. Berliner Arizona State University
Henry Braun Boston College
Casey Cobb University of Connecticut

Arnold Danzig San Jose State University
Linda Darling-Hammond Stanford University
Elizabeth H. DeBray University of Georgia

David E. DeMatthews University of Texas at Austin
Chad d'Entremont Rennie Center for Education Research & Policy
John Diamond University of Wisconsin, Madison

Matthew Di Carlo Albert Shanker Institute

Sherman Dorn Arizona State University

Michael J. Dumas University of California, Berkeley

Kathy Escamilla University of Colorado, Boulder

Yariv Feniger Ben-Gurion University of the Negev

Melissa Lynn Freeman Adams State College

Rachael Gabriel University of Connecticut

Amy Garrett Dikkers University of North Carolina, Wilmington
Gene V Glass Arizona State University
Ronald Glass University of California, Santa Cruz

Jacob P. K. Gross University of Louisville
Eric M. Haas WestEd

Julian Vasquez Heilig California State University, Sacramento
Kimberly Kappler Hewitt University of North Carolina Greensboro
Aimee Howley Ohio University

Steve Klees University of Maryland
Jaekyung Lee SUNY Buffalo
Jessica Nina Lester Indiana University

Amanda E. Lewis University of Illinois, Chicago

Chad R. Lochmiller Indiana University

Christopher Lubienski Indiana University

Sarah Lubienski Indiana University

William J. Mathis University of Colorado, Boulder

Michele S. Moses University of Colorado, Boulder

Julianne Moss Deakin University, Australia

Sharon Nichols University of Texas, San Antonio

Eric Parsons University of Missouri-Columbia

Amanda U. Potterton University of Kentucky

Susan L. Robertson Bristol University

Gloria M. Rodriguez University of California, Davis
R. Anthony Rolle University of Houston
A. G. Rud Washington State University

Patricia Sánchez University of Texas, San Antonio

Janelle Scott University of California, Berkeley

Jack Schneider University of Massachusetts Lowell

Noah Sobe Loyola University

Nelly P. Stromquist University of Maryland

Benjamin Superfine University of Illinois, Chicago

Adai Tefera Virginia Commonwealth University

A. Chris Torres Michigan State University

Tina Trujillo University of California, Berkeley

Federico R. Waitoller University of Illinois, Chicago

Larisa Warhol University of Connecticut

John Weathers University of Colorado, Colorado Springs

Kevin Welner University of Colorado, Boulder

Terrence G. Wiley Center for Applied Linguistics

John Willinsky Stanford University

Jennifer R. Wolgemuth University of South Florida

Kyo Yamashiro Claremont Graduate University

Miri Yemini Tel Aviv University, Israel